

STJ00107463

Jônatas Luiz Moreira de Paula

**PROCESSO
CIVIL**

processo de execução

2ª ed 2019



OS
S
J
H
S

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Leticia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de.
Curso de processo civil: processo de execução -- 2 ed. -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2019.
320 p.

ISBN: 978-85-60519-70-5

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Curso. I. Título.

CDD341.46

CDU347.9

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EXECUÇÃO.....	15
1.1. Direito Romano.....	16
1.2. Direito Germânico.....	22
1.3. Direito Comum.....	23
1.4. Direito Luso.....	26
1.5. Direito Brasileiro.....	27
2. TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO.....	37
2.1. Título Executivo.....	38
2.1.1. Noção.....	38
2.1.2. Classificação e espécies do título executivo.....	38
2.1.2.1. Classificação.....	38
2.1.2.2. Espécies.....	39
2.1.3. Natureza jurídica do título executivo.....	41
2.1.4. Requisitos do título executivo.....	43
2.1.4.1. Certeza.....	43
2.1.4.2. Exigibilidade.....	44
2.1.4.3. Liquidez.....	46
2.2. Legitimidade para a execução.....	47
2.2.1. Legitimidade ativa.....	47
2.2.2. Legitimidade passiva.....	48
2.2.3. Responsabilidade patrimonial.....	51
2.2.4. Fraude à execução.....	53
2.3. Competência.....	56
2.3.1. Execução por título judicial.....	56

2.3.2. Execução por título extrajudicial.....	58
2.4. Autonomia do Processo de Execução e o sincretismo processual.....	59
2.4.1. Da visão acerca da autonomia do Processo de Execução antes das reformas do CPC em 1994-2006.....	59
2.4.2. Da efetivação da sentença/acórdão após a reforma: a necessidade de haver uma revisão doutrinária.....	64
2.4.3. Do sincretismo no Novo CPC.....	67
3. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO JUDICIAL.....	69
3.1. Liquidação de sentença.....	70
3.1.1. Noção.....	70
3.1.2. Estrutura procedimental.....	71
3.1.2.1. Liquidação por cálculo aritmético.....	72
3.1.2.2. Liquidação por arbitramento.....	73
3.1.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	74
3.2. Efetivação da obrigação/prestação de fazer e não fazer.....	76
3.2.1. Introdução.....	76
3.2.2. O <i>ius edictio</i> e a busca pela tutela específica.....	77
3.2.2.1. Conceito de tutela específica.....	78
3.2.2.2. Técnica mandamental contida na tutela específica – o uso da coerção indireta.....	81
3.2.2.3. Executividade da técnica mandamental.....	82
3.2.2.4. Técnica inibitória contida na tutela específica.....	83
3.2.2.5. Conversão da obrigação/prestação de fazer ou não fazer em perdas e danos.....	84
3.3. Procedimento executivo.....	85
3.3.1. Procedimento executivo da obrigação/prestação de fazer.....	85
3.3.2. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer.....	87
3.3.3. Procedimento executivo da obrigação de entregar coisa.....	89
3.3.4. Procedimento executivo da obrigação de pagar quantia determinada.....	91
4. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	95
4.1. Regras gerais.....	96
4.1.1. Requisitos da petição inicial.....	96
4.1.2. Ajuizamento da execução e exame de admissibilidade.....	98

4.2. Procedimento executivo para obrigação/prestação de fazer.....	99
4.3. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer.....	101
4.4. Procedimento executivo para obrigação de entregar coisa certa ou incerta.....	103
4.5. Procedimento executivo para pagar quantia determinada.....	105
4.5.1. Introdução.....	105
4.5.2. Fase postulatória.....	106
4.5.3. Fase da constrição.....	108
4.5.3.1. Ordem de preferência de penhora e bens impenhoráveis.....	110
4.5.3.2. Das modalidades de penhora.....	119
<i>i. Penhora de dinheiro</i>	119
<i>ii. Penhora de imóveis e móveis em geral</i>	120
<i>iii. Penhora de créditos</i>	121
<i>iv. Penhora sobre dinheiro a juros, rendas ou prestações periódicas</i>	123
<i>v. Penhora sobre entrega de coisa</i>	124
<i>vi. Penhora no rosto dos autos</i>	125
<i>vii. Penhora de quotas ou ações de sociedades simples ou empresariais</i>	125
<i>viii. Penhora de estabelecimento comercial, industrial e agrícola</i>	130
<i>ix. Penhora sobre empresa concessionária ou permissionária de serviço público</i>	132
<i>x. Penhora de navios e aeronaves</i>	133
<i>xi. Penhora sobre faturamento de percentual de empresa</i>	134
<i>xii. Penhora de frutos ou rendimentos de coisa móvel ou imóvel</i>	135
4.5.3.3. Das providências na penhora.....	136
<i>i. Da lavratura do auto ou do termo de penhora</i>	137
<i>ii. Nomeação do depositário</i>	137
<i>iii. Intimação do executado e de seu cônjuge</i>	138
<i>iv. Intimação de terceiros</i>	139
4.5.3.4. Da substituição do bem penhorado.....	140
4.5.3.5. Da segunda penhora.....	142
4.5.3.6. Da redução ou ampliação da penhora.....	143
4.5.4. Fase da avaliação.....	144

4.5.4.1. Introdução.....	144
4.5.4.2. Regras gerais.....	144
4.5.4.3. Impugnação e nova avaliação.....	146
4.5.4.4. Efeitos da avaliação.....	147
4.5.5. Fase da expropriação.....	147
4.5.5.1. Introdução.....	147
4.5.5.2. Adjudicação.....	147
4.5.5.3. Alienação particular.....	151
4.5.5.4. Alienação por leilão judicial.....	153
<i>i. Leilão por pregão eletrônico e por bolsa de valores.....</i>	<i>153</i>
<i>ii. Leilão presencial.....</i>	<i>154</i>
<i>iii. Pagamento.....</i>	<i>162</i>
<i>iv. Auto de arrematação.....</i>	<i>164</i>
4.5.6. Fase do pagamento.....	167
4.5.6.1. Pagamento decorrente da adjudicação.....	168
4.5.6.2. Pagamento decorrente de percentual de faturamento de empresa ou de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	168
4.5.6.3. Pagamento decorrente da alienação.....	169
4.5.6.4. Incidente de concurso de credores.....	170
<i>i. Introdução.....</i>	<i>170</i>
<i>ii. Procedimento.....</i>	<i>173</i>
4.5.7. Suspensão e extinção da execução.....	183
4.5.7.1. Suspensão da execução.....	183
4.5.7.2. Extinção da execução.....	185
5. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS.....	187
5.1. Introdução.....	188
5.2. Execução de obrigação alimentar.....	188
5.2.1. Noção.....	188
5.2.2. Execução de alimentos que visa prisão civil do devedor.....	191
5.2.2.1. Introdução.....	191
5.2.2.2. A executividade dos alimentos provisórios.....	191
5.2.2.3. Procedimento.....	192
5.2.2.4. Prisão civil do devedor.....	194
5.2.3. Execução de alimentos pela via patrimonial.....	196
5.2.4. Execução de alimentos por desconto em folha.....	197

5.2.5. Da constituição de capital de renda para a execução de indenização por ato ilícito.....	198
5.3. Execução contra a Fazenda Pública.....	199
5.3.1. Introdução.....	199
5.3.2. Disposição constitucional.....	200
5.3.3. Princípios aplicáveis ao precatório.....	203
5.3.4. Procedimento.....	206
5.3.4.1. Da inadmissibilidade de execução provisória.....	206
5.3.4.2. Instauração da execução e efetivação do crédito.....	209
5.4. Execução fiscal.....	211
5.4.1. Noção.....	211
5.4.2. Título executivo.....	214
5.4.3. Procedimento.....	215
5.4.3.1. Fase postulatória.....	215
5.4.3.2. Fase da constrição.....	219
5.4.3.3. Fase da avaliação.....	223
5.4.3.4. Fase da expropriação.....	223
5.4.3.5. Fase do pagamento.....	229
5.5. Execução nos Juizados Especiais.....	229
5.5.1. Introdução.....	229
5.5.2. Juizados Especiais da Justiça Estadual.....	230
5.5.2.1. Regras gerais.....	230
5.5.2.2. Execução de sentença.....	234
5.5.2.3. Execução por título extrajudicial.....	238
5.5.3. Juizados Especiais da Justiça Federal.....	241
5.5.4. Juizados Especiais da Fazenda Pública da Justiça Estadual.....	245
6. DEFESA NA EXECUÇÃO.....	251
6.1. Introdução.....	252
6.2. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	252
6.2.1. Introdução.....	252
6.2.2. Procedimento.....	253
6.2.2.1. Forma e prazo para argüição.....	253
6.2.2.2. Matérias que podem compor a impugnação.....	254
i. Falta ou nulidade da citação na fase de conhecimento.....	255
ii. Ilegitimidade de parte.....	256
iii. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	257

iv. <i>Penhora incorreta ou avaliação errônea</i>	259
v. <i>Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções</i>	259
vi. <i>Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução</i>	261
vii. <i>Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença</i>	261
viii. <i>Impedimento ou suspeição do juiz</i>	262
6.2.2.3. <i>Intimação do exequente e desenvolvimento dos atos procedimentais</i>	265
6.2.2.4. <i>Decisão, seus efeitos e recurso cabível</i>	267
6.2.3. <i>Da impugnação ao cumprimento de sentença em procedimentos executivos especiais</i>	267
6.2.3.1. <i>Impugnação na execução patrimonial de alimentos</i>	267
6.2.3.2. <i>Impugnação na execução contra a Fazenda Pública</i>	269
6.3. <i>Embargos à execução</i>	272
6.3.1. <i>Histórico dos embargos à execução</i>	272
6.3.2. <i>Natureza jurídica dos embargos à execução</i>	279
6.3.3. <i>Procedimento</i>	284
6.3.3.1. <i>Prazo e forma de ajuizamento</i>	284
6.3.3.2. <i>Matérias a serem argüidas</i>	285
i. <i>inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação</i>	286
ii. <i>penhora incorreta ou avaliação errônea</i>	286
iii. <i>excesso de execução ou cumulação indevida de execuções</i>	288
iv. <i>retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa</i>	289
v. <i>incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução</i>	291
vi. <i>qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento</i>	293
vii. <i>impedimento ou suspeição do juiz</i>	294
6.3.3.3. <i>Ordem de colocação das matérias e a tutela jurisdicional nos embargos à execução</i>	296

6.3.3.4. Juízo de admissibilidade, intimação do exequente e desenvolvimento dos atos procedimentais.....	297
6.3.3.5. Decisão, seus efeitos e recurso cabível.....	300
6.3.4. Dos Embargos à execução em procedimentos executivos especiais.....	301
6.3.4.1. Embargos à execução no processo de execução patrimonial de alimentos.....	301
6.3.4.2. Embargos à execução no processo de execução contra a Fazenda Pública.....	302
6.3.4.3. Embargos à execução no processo de execução fiscal.....	304
6.4. Outras oportunidades.....	306
6.4.1. Justificação na execução pessoal de obrigação alimentar.....	306
6.4.2. Objeção de pré-executividade.....	308
6.4.3. Impugnações ao longo do processo executivo.....	309
6.4.4. Ação para invalidar a alienação do bem penhorado.....	311
6.4.5. Embargos à execução nos Juizados Especiais.....	314

REFERÊNCIAS.....	317
------------------	-----